A ESTRUTURA DO CONFLITO POLÍTICO NOS NOVOS ESTADOS DA ÁFRICA TROPICAL [1]

ARISTIDES R. ZOLBERG
Universidade de Chicago

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Características dos Sistemas Políticos Africanos. 3. A Substituição do Poder pela Fôrça. 3.1. A Politização dos Elos Primitivos. 3.2. A Inflação de Demandas. 4. O Golpe como Instituição Política. 5. A Fôrça como um Instrumento de Maior Mudança Política. 5.1. A Modificação das Comunidades Políticas. 5.2. Mudança de Estratificação. 5.3. A Segunda Revolução. 6. Conclusões.

1. Os especialistas em ciências políticas que estudam os novos Estados da África Tropical, tendo assumido a responsabilidade de compreender a vida política em duas dúzias e meia de países sem estabilidade governamental, devem estar muito seguros de seus pareceres antes de formulá-los.

Emprestamos, adaptamos ou inventamos uma série imponente de estruturas planejadas para guiar as percepções de acontecimentos diferentes, e a África é vista, de maneira nova e uniforme, através das melhores lentes de política comparativa contemporânea, como foco na modernização política, no desenvolvimento e na integração.

Infelizmente, parece que, quando confiamos exclusivamente nestes instrumentos para realizar a nossa tarefa, os aspectos da vida política, que nós, assim como os não especialistas, vemos com mais clareza a ôlho nu, permanecem além do alcance da nossa visão científica? [2]

---

[1] Uma versão anterior dêste ensaio foi apresentada em setembro de 1966, na reunião da Associação Americana de Ciências Políticas (American Political Science Association), na cidade de Nova York.

[2] CRAWFORD YOUNG afirmou, discutindo a sua metodologia: "Nenhum modêlo particular de mudança política tem sido adotado como uma estrutura para a ordenação do material na medida em que nenhum modêlo até

Em nossa busca de progresso científico, aprendemos a discernir formas tais como os padrões regulares de comportamento que constituem as estruturas e instituições; mas a característica mais saliente da vida política na África é que esta constitui uma arena quase sem instituições, onde o conflito e a desordem são seus traços mais proeminentes.

Nos últimos anos, quase todos os novos estados africanos experimentaram golpes civis ou militares mais ou menos bem sucedidos, insurreições, motins, revoltas e assassinatos políticos. Muitos dêles parecem estar, permanentemente, à beira de mudanças drásticas, na própria definição dos limites territoriais da comunidade política. Com pouca consideração pelo confôrto dos cientistas sociais, a queda, na Nigéria, do regime multipartidário mais promissor do Continente, sob circunstâncias próximas à guerra civil, foi seguida imediatamente pela transferência do regime unipartidário de Gana, regime êste que muitos acreditavam ser o mais rígido do Continente.

Acontecimentos mais recentes em ambos os países indicam que os regimes militares são tão frágeis quanto os regimes civis que os antecederam. Em geral, a incidência de conflito e desordem não parece estar relacionada com variáveis tais como a experiência colonial, tamanho, número de partidos, nível absoluto ou média do desenvolvimento econômico e social. No entanto, êsses países persistem, apesar da existência de tôdas as brechas já imaginadas pelos estudiosos, no que diz respeito ao desenvolvimento e à modernização, e da ausência dos requisitos postulados para a manutenção de um sistema político.

---

agora desenvolvido, neste sentido, provê um esquema feliz para a consideração do significado dos fatos variados que clamam pela atenção do estudioso da política do Congo." *Politics in the Congo: Decolonization and Independence,* Princeton, Princeton University Press, 1965, p. 602.

Eu discuti as implicações gerais no Congo para a política comparativa em A View from the Congo, *World Politics,* XIX, n.º 1 (outubro de 1966), p. 137-49.

A fim de lidarmos de uma maneira mais ordenada com os países em desordem, devemos alterar a nossa visão. O nosso foco normal nas instituições e em seus processos concomitantes se assemelha ao foco de um ôlho não-treinado na superfície circundante, ou figura, de uma imagem. O observador ingênuo vê interstícios como "partes amorfas do solo; êle não lhes presta atenção e acha difícil e artificial fazê-lo".[3] Entretanto, como pintores treinados, devemos nos forçar a inverter o efeito espontâneo de figura-e-fundo, a fim de percebermos "interstícios", formas que inicialmente não parecem merecer a nossa atenção, mas que são, de fato, fundamentais para a nossa percepção da superfície que observamos. Para compreendermos a vida política na África, temos que tentar ver os distúrbios políticos como processos característicos que constituem, êles mesmos, um importante aspecto do regime de certos tipos de sistemas políticos, em vez de vê-los como fundo sem forma, circundando instituições e processos que definem os regimes dos estados novos.

2. Períodos de explosões e de tranqüilidade no desenvolvimento político, na modernização e na integração, tendem a fazer com que êstes processos pareçam ser semelhantes, não importa o que está sendo desenvolvido, modernizado ou integrado. No entanto, palavras iguais se referem a coisas bem diferentes, como, por exemplo, situações em que as comunidades nacionais estão sendo esculpidas segundo uma comunidade mais universal e situações em que o sistema de estratificação é definido pela oposição entre elites urbanas que controlam a terra e as massas camponesas. Em oposição a essas, situações onde muitas sociedades pequenas, destituídas dessa aguda diferenciação, estão sendo fundidas em conjunto mais amplos, arbitràriamente definidos sob a égide de uma elite recentemente instruída, retirada de maneira mais ou menos

---

3 ARNHEIM, Rudolpho. *Art and Visual Perception: A Psychology of the Creative Eye*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1965, p. 230.

igual das sociedades componentes que constituem o país. Devemos, então, incluir características do fundo, se quisermos guardar a proporção das nossas imagens.

De um modo geral, os países africanos se distinguem de outros grupos que compõem o Terceiro Mundo pelos centros nacionais muito fracos, por uma periferia formada por sociedades até há bem pouco tempo autocontidas, por níveis de desenvolvimento econômico e social que se aproximam dos limites mais baixos das distribuições estatísticas internacionais. Êles continuam a refletir o fato de que suas origens derivam de uma recente luta européia por parcelas de um sistema ou sub-sistema internacional, constituído por sociedades tribais que integram. Isto geralmente não acontecia, embora as rêdes francesas, inglêsas, belgas, portuguêsas ou alemães fôssem, às vêzes, lançadas sôbre uma área dominada por uma única sociedade ou por um grupo de sociedades com características semelhantes. Dentro das rêdes administrativas que mais tarde se tornaram estados, havia, há algumas décadas, um número variado de sociedades mais ou menos diferentes em sua essência, cada qual com seu sistema político distinto e com relacionamentos intersociais largamente diferentes.

Embora as novas unidades políticas proporcionassem um molde territorial onde ocorriam mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais, nós nos tornamos cada vez mais conscientes de que êstes processos, ainda que relacionados, não variavam necessàriamente "de maneira rítmica", i.e., na mesma proporção; [4] e de que as taxas de mudanças variavam não sòmente entre países, mas também entre regiões do mesmo país. Se concebermos as sociedades africanas originais como conjuntos de valores normas e estruturas, é evidente que elas sobrevivem, em larga escala, por tôda parte, mesmo onde a sua existência não era reconhecida legalmente, como nos casos mais extremos de govêrno de fato. Além disso, o nôvo conjunto

[4] Ver discussão em WHITAKER JR., C. S. A Dysrhytmis Process Political Change, *World Politics*, XIX, janeiro de 1967, n.º 2, p. 190-217.

de valores, normas e estruturas que formavam um centro nacional incipiente, não cresciam necessàriamente às custas dos conjuntos mais antigos, como em um constante jôgo de proporções inversas, no qual, na medida em que um país se torna mais "moderno", êle fica menos "tradicional." Embora muitas pessoas deixassem o campo pelas novas cidades, elas não abandonavam, necessàriamente, uma sociedade para ingressar em uma nova; em vez disso, o comportamento de uma dada pessoa tendia a ser regulada por normas de ambos os conjuntos que definiam os seus múltiplos papéis e até se misturavam para definir um papel específico. Em virtude do fato de que o nôvo centro, na época da independência, não se expandiu suficientemente em nenhuma direção, não podemos caracterizar a sociedade contida hoje nestes países como uma sociedade única, no sentido sociológico da palavra, com suas conotações de um sistema de valores, normas e estruturas relativamente integrados. Mas, como os novos estados africanos realmente dispõem de território suficiente para dois conjuntos de valores, normas e estruturas — o "nôvo" e o "residual" — com êste último geralmente subdividido em subconjuntos distintos, é útil pensarmos nêles como conjuntos que formam um tipo específico de sociedade *não-integrada,* que pode ser chamada "sincrética".[5]

O caráter sincrético das sociedades africanas contemporâneas tende a ser refletido em tôda esfera de atividade social, incluindo a esfera política. Se procurarmos identificar os seus sistemas políticos com perguntas sôbre o modo pelo qual êstes valores se impõem nestas sociedades, é evidente, em qualquer caso, que as estruturas e instituições mais visíveis com as quais os estudiosos de ciências

---

5 O problema que estou tratando aqui é semelhante ao da "multi-sociedade" conceituada por SMITH, M. G., em *The Plural Society in the British West Indies,* Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1965. A palavra "sincrética" distingue as sociedades presentes das "multi-sociedades", que é um tipo particular envolvendo super-ordenação entre os componentes. Eu prefiro êsse ao têrmo "heterogêneo", que é mais passivo, pois "sincrético" indica indiretamente que um processo de fusão e integração está sendo tentado.

políticas lidam normalmente, tais como o executivo e o legislativo, os partidos e grupos políticos, a aparelhagem de administração territorial, o judiciário, e até as instituições legais do govêrno local, dizem respeito sòmente a uma parcela das atividades locais; o resto deve, portanto, ser localizado por outros meios, por outras estruturas. Isto é razoàvelmente óbvio nos casos em que, na época da independência, alguma divisão funcional do trabalho foi prevista, inicialmente, como parte da instalação constitucional; mas isto também se dá nos casos em que as estruturas políticas tradicionais não têm posição legal ou política reconhecida e até mesmo quando foram formalmente abolidas, como na Guiné ou em Mali.[6]

Sem negar as importantes variações no grau de institucionalização dos centros nacionais em diferentes países, sugere-se, do atual ponto de vista avançado, que até as variações mais proeminentes das organizações políticas tornaram-se, na época da independência, traços superficiais do sistema político, pois êles nunca foram firmemente institucionalizados. Um exame dos partidos políticos, traços mais bem estudados do cenário africano revelam um hiato tão grande entre o modêlo organizado no qual os líderes se inspiraram e a sua capacidade para implantar tais esquemas, que o próprio significado da palavra "partido", usada pelos observadores para caracterizar tais estruturas, envolve uma concretização perigosa.

Estes comentários podem se estender a fim de incluir organizações constitucionais, que, na ausência de um sustentáculo para manter normas e instituições, tinham pouca realidade além de sua existência física como um conjunto de símbolos escritos depositados em um arquivo do govêrno; o serviço civil, no qual as normas burocrá-

6. Para um maior desenvolvimento dêste ponto, ver meu livro: *Creating Political Order: The Party-States of West Africa*, Chicago, Rand McNally, 1966, capítulo V. Meu raciocínio aqui é dedutivo: mas evidência empírica dos estudos micro-políticos de Gana por David Brokensh e Ernst Benjamin, de Mali por Nikolas Hopkins e da Tanzânia por Henry Bienen, confirmam a validade da suposição.

ticas são tão raras, que talvez seja melhor falar em "funcionários do govêrno" como um grupo explícito; os "sindicatos", que não são mais que uma massa desordenada de empregados e desempregados urbanos mobilizados descontìnuamente para uma finalidade temporária, tal como uma demonstração de rua; e até "o Exército", que, longe de ser um modêlo de organização hierárquica, tende a ser uma reunião de homens armados que podem ou não obedecer aos seus oficiais. Geralmente torna-se evidente que, na África, até as operações das mais "modernas" instituições são governadas por valores e normas que se originaram dos conjuntos "novos" e "residuais".

Assim, o meio social compartilhado por todos os novos estados africanos impõe severos limites na extensão em que podem acontecer significantes variações do regime. Quer definamos a integração política em têrmos da existência de uma fórmula política que une o espaço entre a elite e as massas, ou em têrmos de elos entre os valores, normas, e estruturas que constituem o sistema político, torna-se claro que o nível de integração política era muito baixo, na África, na época da fundação. Por isso, embora possamos nos referir à existência de "estados" e "regimes" na África, temos que ser cuidadosos para não inferir dêsses rótulos que seus governos necessàriamente possuam autoridade sôbre todo o país, assim como não podemos inferir com segurança que a persistência dêsses países como entidades soberanas provam a ação de fatôres endógenos, tais como o sentimento de comunidade e a capacidade das autoridades em forçar a coesão contra a vontade do povo. A persistência pode, sòmente, refletir a inércia inicial que mantém em ação os instrumentos do govêrno herdados do período colonial, assim como a inércia dos reivindicadores, o que assegura, na maioria dos casos, que todos os problemas não atingirão o centro simultâneamente; pode refletir, também, a ausência de desafios externos eficazes e, até certo ponto, a proteção proporcionada pelo sistema internacional contemporâneo que, na maioria das vêzes,

garante até a existência dos países soberanos mais fracos que nasceram da descolonização da África tropical.

Não é surpreendente que, sob estas circunstâncias genèricamente compartilhadas, os fundadores da maioria dos estados africanos se comportassem de maneira semelhante a fim de alcançar a dupla meta de modernizar tão rápido quanto possível mantendo-se ao mesmo tempo, no poder. Como qualquer outro govêrno, êles tinham que lutar contra o problema de manejar as inúmeras necessidades e proporcionar, ao mesmo tempo, auxílio suficiente;[7] poderiam obter auxílio em troca da satisfação de necessidades (distribuição); poderiam aumentar o auxílio, exigindo a internalização da crença em seu direito de governar (socialização, legitimidade), por uma proporção suficientemente ampla da população; poderiam suprimir necessidades por refôrço negativo, punindo, ao mesmo tempo, o não-auxílio (coação e fôrça). Face aos problemas preponderantes que se originam do caráter sincrético da sociedade, êles confiaram cada vez mais nas mais recentes técnicas, contribuindo, assim, substancialmente, para a escalada do conflito político.

Inicialmente, os fundadores dos estados africanos se beneficiaram da súbita criação de uma imensa quantidade de novos escritórios políticos, da partida de um grande número de funcionários coloniais, da expansão da atividade econômica administrativa e estatal, que tinha começado durante os últimos anos de um colonialismo próspero, bem como de um sentimento reinante de que êles haviam obtido o direito de governar através de sua liderança nos movimentos de protesto e de que eram sucessores legítimos dos funcionários coloniais. Baseados nesta premissa, muitos dêles foram capazes de construir máquinas políticas adequadas, fundamentadas primàriamente

7 As noções relativas ao sistema político que aparecem aqui e em outras partes dêsse artigo são inspiradas nos trabalhos de DAVID EASTON, mas lhes faltam claramente o rigor intelectual de *A Systems Analysis of Political Life*, New York, John Wiley and Sons, 1965.

na distribuição de favores aos reivindicadores individuais e de grupo, na forma de substituição de coalisões que aparecem, então, como um "sistema multipartidário", ou, mais comumente, como um partido "unificado". Em vista da inabilidade política em se manterem em exercício por muito tempo (exceto em uns poucos casos) e da revelação tristonha de sua corrupção e incapacidade que viram manchetes depois de suas quedas, é fácil esquecer que muitos dêles eram, inicialmente, muito bem sucedidos em desenvolver símbolos e organizações que poderiam ser usados para canalizar auxílio e estabelecer a legitimidade de suas reivindicações para governar aos olhos de seus compatriotas. Além disso, também se beneficiam do tipo de inércia, a que já nos referimos, por meio da qual estas pessoas, conscientes da existência de instituições políticas que se estendiam pelo país, aceitavam-nas simplesmente como uma continuação do que êles já estavam acostumados — a ordem colonial — mas, com um nôvo sabor populista. Geralmente entre as entidades mais profissionalizadas e freqüentemente sob a supervisão contínua dos funcionários europeus, a herança de instrumentos de fôrça (polícia, guardas, pequenos exércitos), proporcionava uma certa proteção em caso de fracasso do processo político.

3. A mudança para uma nova fase de atividade política está relacionada a dois conjuntos de fatôres que se reforçam mùtuamente e que se originam da interação daqueles que governam com a sociedade sincrética na qual operavam. Primeiramente, havia um hiato crescente entre as aspirações ideológicas dos líderes e sua capacidade de implantar os programas de ação vinculados a estas aspirações. Se é ou não apropriado falar de uma "revolução de esperanças crescentes" através do continente, há pouca dúvida que tal revolução ocorreu entre aquêles que eram responsáveis por um govêrno, na forma de promessa para uma rápida modernização. Os exemplos mais óbvios são os estados "em mobilização", tais como Gana, Mali ou

Guiné, onde esta promessa foi definida de maneira muito específica, a fim de incluir a transformação da sociedade sincrética em uma sociedade homogênea pela eliminação do conjunto "residual" de valores, normas e estruturas, e pela institucionalização do nôvo conjunto, de acôrdo com as ideologias diretivas; a criação de uma aparelhagem estadual totalmente penetrante, incluindo tanto um partido de massa que abrangia tudo, que poderia funcionar como uma organização de contrôle, no sentido leninista, e como uma organização coletiva, quanto uma eficaz burocracia africanizada; e uma economia planificada, aparelhada para a realização de um aumento grande na média de rendimento total, bem como uma economia auto-suficiente, na qual o Estado desempenha o papel dominante. Outros líderes africanos, em sua maioria, quer tivessem ou não desposado o "socialismo" dessa maneira, compartilhavam dessas aspirações, ainda que de forma modificada. Como os países africanos estão mais atrasados do que qualquer outro conjunto de países do mundo com relação à maioria dêstes assuntos, o resultado é que governos de menor capacidade têm assumido os encargos mais pesados. Mas alguns legisladores africanos, na tentativa de aumentar a capacidade de seus governos atingirem estas metas, disperdiçaram o seu pequeno capital político inicial de legitimidade, sua capacidade distributiva, sua inércia e sua capacidade de coerção, investindo em empreendimentos de menor importância, e o mesmo foi feito, por muitos dêles, no setor econômico. Assim, a maior fonte de vulnerabilidade dos regimes africanos se origina na fidelidade a diretivas ideológicas auto-impostas.

Em segundo lugar, mesmo que êsse capital fôsse empregado convenientemente, dificilmente seria adequado para lidar com dificuldades políticas originais do próprio caráter da sociedade sincrética, das circunstâncias da descolonização e das características dessas novas instituições. Isto foi mais do que óbvio no caso do Congo, onde os problemas que se originavam de qualquer direção ocorreram simultânea e mais dramàticamente dentro de poucas se-

manas após a independência. Embora em outros lugares os problemas tivessem sido menores e mais espaçados, ao mesmo tempo em que o poder de neutralização e a fôrça à disposição do govêrno foram um pouco maiores, o impacto dêsses problemas não foi, necessàriamente, menos intenso. Em tôda parte, os governos africanos enfrentaram algumas ou tôdas as conseqüências da politização das divisões residuais que ocorreram no curso da rápida generalização da participação política anterior à independência e as conseqüências de uma espiral inflacionária de exigências que se originaram dos próprios grupos, cujo apoio era muito crucial para as operações do govêrno. Como êsses processos são freqüentemente discutidos na literatura, apontaremos aqui, sòmente, as suas características principais.

3.1.[8] As distinções pré-existentes entre os grupos na Africa foram geralmente suplementadas por outras que se originaram do impacto desigual da mudança gerada pela Europa. Freqüentemente, na época da independência, uma tribo, ou grupo de tribos, se tornou mais urbana, mais educada, mais cristã e mais rica que outras do país. Por isso, ao nível da massa, novas e velhas divisões tendem a ser consistentes e não interceptivas; os campos estão abertos para que os indivíduos possam se engajar em combates que ocorram; quase todo assunto pode precipitar um sério conflito; a própria história do conflito tende a fazer com que o próximo acontecimento seja mais sério e até os conflitos localizados atingem os centros mais ràpidamente, pois são poucas as camadas intervenientes da organização comunitária. Êstes conflitos tendem a ser particularmente graves onde há assimetria entre o nôvo e o velho sistema de estratificação, dentro de uma única so-

8 Para um tratamento geral dêste tópico, ver GEERTS, Clifford: The Integrative Revolution, em GEERTS, Clifford (ed.): *Old Societies and New States*, New York, The Free Press of Glencoe, 1963. Embora tôda monografia séria sôbre política africana tenha também tratado do assunto, é pena que nenhum esfôrço tenha sido feito para refinar, para a África, a análise comparativa do fenômeno segundo as linhas sugeridas por Geerts.

ciedade ou entre sociedades complementares, como acontece quando, por qualquer razão, os escravos se tornam mais instruídos que seus senhores ou quando o seu maior número se torna, ao ser introduzido o sufrágio universal, uma fonte de poder político.

Ao nível da liderança que se moderniza, o recrutamento é geralmente bastante representativo dos vários grupos existentes no país; as experiências em comum asseguram um certo grau de solidariedade, que proporciona alianças que se interceptam e se neutralizam; e os laços étnicos, ao impedirem a formação de um hiato grande entre a elite e a massa, o que é comum nas sociedades camponesas, fazem importante contribuição para a integração nacional. Mas há sempre uma resistência muito grande nesta solidariedade da liderança que se moderniza, porque os administradores políticos, não importa qual seja a sua orientação ideológica, que procuram estabelecer ou manter seguidores, devem necessàriamente depender dos laços primitivos para distinguir entre "nós" e "êles". Quando a forma de govêrno parecia, ràpidamente, se estabelecer, talvez de uma vez por tôdas, muitos grupos começavam a pressionar as duas legítimas reivindicações para proteger a sua maneira de viver, para redefinir o relacionamento entre a sua própria sociedade periférica e o centro e para distribuir mais satisfatòriamente, os bens. Muitas disputas latentes se reavivaram e fluíram para a nova arena proporcionada pelas instituições centrais. Dessa maneira, não causa surprêsa que, mesmo nos países onde um partido parecia estar sòlidamente estabelecido, as lideranças achavam que seus países estavam menos integrados do que nunca. As conseqüências dessas divisões e dos conflitos resultantes nos centros eram até mesmo mais perturbadoras nos lugares em que vários movimentos étnico-regionais competiam pelo poder e especialmente onde a participação foi ràpidamente generalizada.[9]

[9] Eu fiz uma tentativa de tratar esta questão em *One-Party Government in the Ivory Coast*, Princeton, Princeton University Press, 1964. p. 407, 77, 128-34.

De maneira geral, quase tôda diferença entre grupos pode se tornar polìticamente significativa, mesmo que, sob o ponto de vista dos etnógrafos, os dois grupos pertençam à mesma classificação cultural. Embora cada grupo em oposição procure envolver sòmente uma pequena proporção da população total, muitas permutações e contágios são possíveis, por causa da própria natureza dêsses grupos envolvidos. Nas situações onde as identidades primitivas são tão numerosas e fluidas, como na maioria dos países em consideração, não é fácil planejar organizações institucionais adequadas tais como variadas formas de federalismo territorial, representação proporcional ou comunal e quotas institucionais.

3.2. A segunda grande fonte de problemas envolve três categorias cruciais de indivíduos: funcionários civis do govêrno, militares e a população jovem. Os funcionários do govêrno, incluindo não sòmente funcionários categorizados como também um grande número de trabalhadores não especializados, de baixo nível, que trabalham nas infra-estruturas do govêrno (ferrovias, portos, manutenção de estradas e trabalhadores públicos em geral), constituem, geralmente, uma ampla proporção dos que são empregados, de maneira vantajosa, fora do setor da agricultura. De modo geral, as promoções têm sido rápidas por causa da africanização e da rápida expansão das agências do govêrno; muitos programas de desenvolvimento econômico têm tido como maior conseqüência o reemprêgo da renda nacional para o benefício dos dirigentes, incluindo funcionários do govêrno e políticos; e os funcionários do govêrno constituem, após os próprios políticos, o grupo mais privilegiado da sociedade. Contudo, êstes mesmos fatôres contribuiram para um processo de agenda de aguda privação relativa. Os funcionários do govêrno, por causa de sua própria ocupação e treinamento, assumiram, muito mais do que os outros, o estilo de vida dos europeus que os antecederam; sentem êles que, baseando-se na habilidade e no treinamento nativo, são qualificados para go-

vernar e não tanto para executar leis; promoções rápidas conduzem ùnicamente a aspirações mais altas entre aquêles que já foram promovidos e entre os que ainda não o foram, enquanto que a taxa média de expansão do govêrno diminui logo após a independência. Durante o período colonial, os funcionários do govêrno que descarregavam suas queixas no empregador, eram "bons nacionalistas"; continuando a proceder assim após a independência, serão "uma massa egoísta e privilegiada". A deteriorização das relações entre os funcionários do govêrno e os políticos é relativamente independente da orientação ideológica do próprio regime: na maioria dos países africanos de língua francesa, os funcionários do govêrno eram "esquerdistas" em relação a qualquer orientação governamental existente em um determinado momento; mas, em Gana, sob a tutela de Nkrumah, os funcionários civis constituíam uma espécie de oposição "de direita". Como na maioria dos casos os gastos com o funcionalismo público constitui dois têrços ou mais dos gastos anuais do govêrno, quaisquer exigências que impliquem na mudança de emprêgo das reservas tende a criar uma crise financeira importante.

A direção de queixas ao govêrno se faz também presente entre aquêles que estão empregados no setor privado, porque o "estadismo" prevalece até nos países que não se dizem, nominalmente, "socialistas"; o setor privado industrial ou comercial é controlado bem de perto pois a maioria das firmas opera, geralmente, com base em garantias do govêrno, no que diz respeito aos custos da produção. Como grande parte do ordenado real dos trabalhadores vem em forma de benefícios e não em forma de salário (acomodações para a família, moradia, etc.), qualquer transação envolve, geralmente, uma mudança de leis de trabalho e conduz a "negociações" entre o govêrno e os sindicatos. Finalmente, um processo semelhante domina, por exemplo, entre os fazendeiros de safra financiada, pois as operações de venda são manejadas ou, ao menos, controladas de perto pelo govêrno. Por isso, as demandas neste setor são necessária e automàticamente "políticas"

e os governos são, até mesmo, vistos como responsáveis pelo contrôle das flutuações do mercado mundial sôbre os produtos tropicais, sendo que, na realidade, a maioria dêles exerce sòmente influência muito limitada.

Os militares tendem a agir muito semelhantemente aos outros funcionários do govêrno. Na ausência de valores e normas institucionalizadas, que concentrem êsses homens em grupamentos militares ou em fôrça policial, oficiais e soldados são governados pelas normas que prevalecem entre os outros grupos; dessa maneira, o que foi dito acima se aplica também a êles. Além disso, descobrem, ràpidamente, que são na realidade, por virtude de suas características de organização e pelo seu contrôle de certos instrumentos de fôrça, o sindicato mais bem organizado do país. Como mostraremos abaixo, êste não é o único fator que levou os militares a intervirem na política africana, mas ajudou a estabelecer o clima para certos tipos de intervenção e para o relacionamento geral entre políticos militares e civis.[10]

Como foi observado por Lucian Pye, "o processo político não-ocidental é caracterizado pelas agudas diferenças na orientação política das gerações", principalmente porque existe "uma falta de continuidade nas circunstâncias que envolvem os homens ao ingressarem na política".[11] Na maioria dos países africanos, foi fácil para homens de uma certa faixa de idade sair de posições relativamente modestas na estrutura ocupacional para as mais altas posições na engrenagem política e econômica do país. Em uma única década, funcionários e professôres primá-

10 As mais úteis pesquisas recentes sôbre as instituições militares africanas estão contidas nas publicações do Institute of Strategic Studies (London). Ver, em particular, BELL, M. J. V. Army and Nation in Sub-Saharan Africa, *Adlephi Papers,* n.º 21, agôsto de 1965; e WOOD, David. The Armed Forces of African States, *Adelphi Papers,* n.º 27, abril de 1966. Para um ensaio anterior, ver COLEMAN, James S. e BRYCE JR., Belmont. *The Tole of the Military in Underdeveloped Countries,* Princeton, Princeton University Press, 1962, p. 359-405.

11 PYE, Lucian. The Non-Western Political Process, in: ECKSTEIN, e APTER, D. (eds.): *Comparative Politics,* New York, The Free Press of Glencoe, 1963, p. 660.

rios tornaram-se Presidentes, Chefes de Gabinete, membros do Executivo, diretores de grandes estabelecimentos de negócios, etc. As condições mudaram fundamentalmente para as gerações seguintes, cujas expectativas se baseiam na experiência de seus antecessores. Primeiramente, as posições mais destacadas já foram ocupadas por homens relativamente jovens que não vêem limite de tempo para os seus mandatos. Em segundo lugar, o número de homens com alguma educação e qualificações ocupacionais se tornou muito menos escasso, por causa do enorme aumento de educação média e superior na década que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Dessa maneira, tem-se observado múltiplo aumento na oferta, enquanto que a procura diminuiu abruptamente. O resultado é que as gerações mais novas enfrentam uma invencível fartura, que frusta as suas aspirações, havendo muito poucas oportunidades para mudanças em esferas opcionais de atividade.[12] Assim, o fenômeno do hiato entre as gerações dentro da esfera política pode ser estendido a quase tôdas as esferas institucionais, incluindo especialmente o funcionalismo civil e militar. Isto é exarcebado pelo fato de que, geralmente, as gerações mais novas são de fato melhor treinadas e mais bem qualificadas do que aquelas que as antecederam e têm, por isso, uma reivindicação muito justificada para ocupar os lugares destas. A estas discrepâncias no recrutamento devem ser acrescidos hiatos da socialização política. Nas sociedades sincréticas, o regime tem muito pouco contrôle sôbre a maioria dos mecanismos da socialização, sôbre a família e o grupo primário, e sòmente parcialmente sôbre a estrutura educacional. É pouco provável que as novas gerações venham a ter um conjunto de atitudes compatíveis com as exigências da nova ordem. Isto é particularmente importante, em vista dos seguintes fatôres: a) o rápido crescimento do grande número de jovens que moram nas cidades e que são parcialmente

12 Para modelos de recrutamento das novas elites e suas conseqüências, ver CLIGNET, Rémi e FOSTER, Philip. *The Fortunate Few*, Evanston, Northwestern University Press, 1966.

instruídos e desempregados; b) a aparência geral da pirâmide demográfica, em que os adolescentes e jovens adultos constituem uma proporção muito grande da população total. O conflito entre as gerações é exarcebado pelo fato de que a insatisfação dos jovens tende a se manifestar não só por desvio individual das normas estabelecidas, bem como pelo aparecimento de movimentos e organizações etário-homogêneos equivalentes funcionais das conhecidas "turmas" das sociedades industrializadas, que tendem a manter uma sub-cultura em seu próprio meio e a agir de maneira autônoma na esfera política.[13] A "Juventude" se transforma, assim, de um simples grupo em um movimento.

Ao concluir esta breve revisão das conseqüências da politização das divisões residuais e da espiral inflacionária de demandas feitas por grupos cruciais na sociedade, é importante observar que os dois processos estão raramente isolados um do outro. Funcionários públicos, soldados ou jovens das cidades são *também* membros de grupos étnicos; contudo, estas associações não constituem o tipo de trama de associação grupal, característica das sociedades "pluralistas". Por isso, os dois processos se reforçam para produzir conflitos sérios, periódicos e complexos, que fàcilmente penetram na arena política por causa da fraqueza das estruturas gregárias. Mas, mesmo que êles não resultem imediatamente em um aumento de exigências ou em uma retirada de apoio, constituem distúrbios sérios do ponto de vista de governos empenhados em construir uma nação, pois a sua própria existência evidencia que a meta dos governos não foi atingida.

O pêso adicional que êstes processos proporcionam aos encargos do govêrno é relativamente independente da sabedoria ou devoção de líderes políticos específicos, fatôres êstes não considerados aqui. Entretanto, as dificulda-

13 Condições sob as quais o fenômeno ocorre são especificadas por EISENSTADT, S. N. *From Generation to Generation,* Glencoe, The Free Press, 1957.

des do govêrno nas sociedades sincréticas são tão grandes que as conseqüências marginais de êrro humano, de fraqueza e de simples malícia — cuja incidência entre políticos africanos pode ser considerada a mesma que entre homens equivalentes em qualquer outro lugar — tornam-se muito maiores. Por exemplo, a corrupção entre os altos funcionários do govêrno, que provàvelmente não interferia com a absorção industrial dos países europeus pelos Estados Unidos (e talvez até a tenha facilitado), pode ter conseqüências muito destruidoras quando desvia uma grande proporção de verbas escassas, transferindo-a do domínio público para os bolsos de uma burguesia burocrática não-produtiva. A impaciência e as ações arbitrárias, que em outros lugares podem sòmente levar ao descrédito de uma pessoa pública e à tragédia pessoal, podem ser as faíscas que atiçarão um conflito importante.

Dentro de poucos anos, êstes dois tipos de problemas discutidos acima distenderam o limitado potencial distributivo dos novos governos e minaram ràpidamente a limitada legalidade dos fundadores. A fragilidade do centro, até aqui fora das vistas, foi exposta sem piedade, tal como quando o valor da moeda corrente, emitido por um sistema nacional de banco, é dràsticamente diminuído, quando há colapso na pirâmide de crédito, baseada ela mesma na produtividade da economia.[14] Nesta nova situação, as exigências são mais violentas; os depositantes nocauteiam os guardas e procuram invadir os cofres. Parsons sugeriu duas possíveis conseqüências dêste sistema: "Primeiramente, o estabelecimento de uma crescente e rígida escala de prioridades no que diz respeito ao que pode ou não ser feito; em segundo lugar, a imposição de crescentes sanções negativas e severas pela insubmissão às decisões coletivas."[15] O poder político, normalmente baseado na estrutura social geral, cede à fôrça. Embora nenhum legis-

[14] A analogia é tirada de PARSONS, Talcot. Some Reflections en the Place of Force in Social Process, in: ECKSTEIN, Harry (ed.), *Internal War*, New York, The Free Press of Glencoe, 1964, p. 59-64.

[15] Ibid. p. 64.

lador africano tenha jamais abandonado completamente a sua confiança nas técnicas da engrenagem política para manter o seu mandato, há ilustrações de uma tendência em direção ao uso da fôrça que prevalece e constitui agora uma ladainha monótona de fatos desagradáveis, porém familiares, da vida política africana: intimação, exílio, detenção ou assassinato por inimigos políticos; modificação do sistema eleitoral para tornar a competição muito dispendiosa para aquêles que se engajarão; redução da independência do judiciário ou criação paralela de côrtes políticas em que pudessem confiar; redefinição de lealdade em têrmos de indiscutível obediência e cego servilismo; uso das fôrças armadas, da polícia e de banditismo político para transformar os dissidentes em passivos e os passivos em demonstradores de apoio; criação de organismos quase-militares ou quase-policiais a fim de neutralizar a lealdade duvidosa de alguns. Embora a maioria das atenções tenha sido atraída pelos golpes que resultam em mudanças de govêrno, os golpes mais comuns na África têm sido aquêles iniciados por um govêrno operante contra indivíduos ou grupos ameaçadores (reais ou alegados), e aquêles desencadeados por uma facção dominante contra os seus associados.

A substituição do poder pela fôrça como técnica de govêrno, além de suas imediatas conseqüências desastrosas para os indivíduos atingidos, traz sérias conseqüências de longo alcance para a vida política; de uma maneira mais geral, serve como prelúdio a golpes e revoluções antigovernamentais, da seguinte maneira:

a. No processo de substituição do poder pela fôrça, os governos tendem a ficar confiantes demais na sua habilidade de reduzir a corrente de exigências perturbadoras pela ação violenta em suas fontes. Tornam-se temerosos de que qualquer concessão possa ser interpretada como fraqueza e possa abrir novas fontes de reivindicações. Por isso, de uma maneira geral, há pouca mudança. Os governos tornam-se menos capazes de discriminar os sinais

de perigo e tendem a gastar muita fôrça ao lidar com os menores distúrbios.[16] Mas como o capital de fôrça é pequeno, esgota-se ràpidamente em empreendimentos relativamente desnecessários, aumentando, assim, a vulnerabilidade do govêrno e ameaças mais sérias.

b. Quando ocorre a substituição do poder pela fôrça, ela é acompanhada por uma mudança no valor relativo das estruturas existentes. No caso dos novos estados africanos, o valor relativo dos partidos políticos e das agências administrativas civis sofre uma espécie de redução, enquanto há um vasto aumento do valor da polícia, dos militares e de *qualquer* organização capaz de exercer fôrça, até mesmo pelo simples contrôle de um grande número de pessoas que estão em demonstração e ações de desobediência civil.

c. Embora a substituição pela fôrça represente uma tentativa de superar a legalidade que se deteriora e o poder inadequado, ela aumenta, paradoxalmente, o problema da legitimidade dos governantes aos olhos daqueles para quem a implantação de fôrça exige o depósito obrigatório de voto de confiança. Como mostrou Parsons: "O mais importante, qualquer que seja a tecnologia física empregada, é a existência de um fator crítico na eficácia social da fôrça; êste fator é, sempre, a organização social através da qual ela é implantada. A lealdade do pessoal categorizado depende sempre, em um certo grau, dos elementos da estrutura social que ostensivamente os controlam".[17] As tentativas de contrabalançar um instrumento de fôrça que não merece confiança com outro, modifica simplesmente o problema de contrôle de fôrça por meios políticos, mas não o elimina. De fato, o ato de recorrer a esta técnica pode exacerbar o problema que na realidade

---

[16] Esta proposição está relacionada com a sugestão de APTER de que há "uma relação inversa entre informação e coerção em um sistema". APTER, David E. *The Politics of Modernization*, Chicago, University of Chicago Press, 1965, p. 40.

[17] PARSONS, Ibid., p. 66.

procura superar, ao colocar em posições antagônicas indivíduos que se identificam com a instituição pertinente.

d. Quando indivíduos e grupos são privados do direito e da oportunidade de exercer o poder a fim de expressar as suas demandas, êles não têm outra escolha a não ser submeter-se à fôrça ou usar, êles mesmos, fôrça para expressar as suas exigências. Mas, quando se descobre que o capital de fôrça do govêrno é limitado, tende-se a escolher, mais freqüentemente, a última alternativa. Além disso, como a autoridade está personalizada e o govêrno está comprometido com um sistema rígido, há tendência a traduzir exigências específicas em exigências de uma mudança geral de administradores.

A crescente freqüência de bem ou mal sucedidos golpes militares e civis; de motins — lutas urbanas ou distúrbios rurais prolongados e em larga escala; de quase-guerras civis, insurreições e movimentos revolucionários deve ser compreendida dentro do contexto dêste interrelacionamento entre governos que se baseiam na fôrça e o restante da sociedade.

4. [18] Estatìsticamente, o golpe pode ser visto como um modêlo institucionalizado de política africana, pois nos últimos anos tornou-se uma forma modal de mudança governamental e regional. No entanto, um fato mais significativo é que o golpe é uma conseqüência normal do desmascaramento entre um govêrno e seus oponentes, que

[18] É muito difícil analisar os modelos de golpes porque é impossível identificar os componentes do universo com os quais devemos lidar. Se acreditarmos nos governantes no poder, as tentativas de golpes contra o govêrno são extremamente freqüentes em quase todos os países da África; mas o que aparenta ser conspirações antigovernamentais pode, na realidade, ser, apenas expurgos iniciados pelo govêrno. A presente análise é baseada exclusivamente em fontes secundárias. A menos que esteja especificada de outra forma, os dados foram retirados dos relatórios contidos em: *West Africa* (London), *Afrique Nouvelle* (Dakar), *Le Monde, Sélection Hebdomadaire* (Paris), *The Times* (London), *The New York Times, Jeune Afrique* (Tunis), *Africa Report* (Washington), e *Africa Digest* (London). Uma análise mais detalhada das intervenções militares foi apresentada nas reuniões da Associação Sociológica Internacional (International Sociological Association), em 1966 (Evian).

usam fôrça um contra o outro numa situação em que a fôrça à disposição do govêrno é muito limitada. Esta condição, encontrada na maioria dos países africanos, é muitíssimo importante porque ela distingue a situação conflituosa que tende a conduzir a um golpe de outras que tendem, como resultado de uma extensa mobilização de ajuda de ambos os lados, a se desenvolver em alguma forma de guerra interna. Na África, o govêrno cai muito antes que isto aconteça; há evidências de que os governos preferem até se dissolver a lutar. Os golpes determinam, pelo menos temporàriamente, quem governará, mas não afetam em si o caráter fundamental da sociedade ou de um sistema político. A esfera de ação do conflito é limitada em relação à sociedade como um todo. Os golpes podem ser acompanhados por alguma brutalidade, mas raramente fixam formas estratégicas de violência.

Em meados de 1967, o conjunto de novos estados da África tropical podia ser dividido em dois subconjuntos de tamanho aproximado: aquêles que, como resultado de um golpe, haviam apenas experimentado uma mudança de pessoal do govêrno central e aquêles que não a experimentaram. Mas quase tôdas as unidades do segundo subconjunto viveram alguns problemas sérios; alguns sòmente resistiram devido à intervenção externa dos políticos no poder; e parecia igualmente provável que o próximo desafio, ou o seguinte após êste, seria bem sucedido. Como foi sugerido na introdução, a incidência de golpes parece ser independente das variáveis quantitativas e qualitativas normalmente usadas para distinguir os estados africanos. Os golpes tentados ou bem sucedidos são sempre justificados pelos iniciadores, e freqüentemente explicados pelos observadores, com referência à corrupção, ineficácia, arbitrariedade dos mandatários; mas é impossível distinguir um ponto limite além do qual estas faltas e fraquezas se tornam intoleráveis e seria provàvelmente possível demonstrar que os regimes dos países, onde ocorreram golpes bem sucedidos, eram mais vulneráveis a ês-

tes criticismos do que os outros. A ocorrência ou não de um golpe em um dado país africano, em um dado momento, se relaciona a fatôres específicos e circunstanciais da corrente da situação política e econômica do país, e não tanto a quaisquer características fundamentais e duradouras que distinguem aquêle país de outros do continente. A variável mais significativa pode bem ser o passar do tempo, que é um fator freqüentemente negligenciado em estudos sôbre a estabilidade de regime dos países em desenvolvimento. Exceto nas mais extremas situações, os golpes têm maior probabilidade de ocorrer alguns anos após a independência do que logo após esta, porque o govêrno leva algum tempo para gastar o seu capital político inicial e seus oponentes custam a testar a fôrça do govêrno. [19]

Se a *incidência* dos golpes parece ser aleatória, isto não é verdadeiro para o modo do seu desenvolvimento. Um golpe tem probabilidade de ocorrer em uma atmosfera que pode ser criada por quase qualquer tipo de situação conflituosa, originada em quase qualquer lugar da estrutura social, dentro ou fora da elite governante; mas não é todo o desmascaramento entre govêrno e seus oponentes que tem a mesma probabilidade de conduzir à queda do govêrno. O govêrno tem que ser ameaçado fisicamente, o que significa que os iniciadores do golpe têm que ser capazes de desenvolver fôrça na capital. Por isso, golpes bem sucedidos envolveram geralmente dois tipos de fôrças: sindicatos e antigos portadores de fôrça, como o Exército e a polícia (incluindo, é claro, corporações como as de polícias militares, onde estas existem). Mas essas duas fôrças se relacionam de maneira assimétrica: os sindicatos não podem conseguir a queda do govêrno sem o apoio do Exército (ativo ou passivo), enquanto que o Exército

19 Êste ponto desafia as hipóteses discutidas por HUNTINGTON, Samuel P. Political Development and Political Decay, *World Politics*, XVII, n.º 3, abril de 1965, p. 427. Os seus dados estão baseados em MEHDEN, Fred R. Von der. *Politics of the Developing Nations*, Englewood Cliffs, N. J.; Prentice-Hall, Inc., 1964, p. 65.

pode realizar um golpe bem sucedido sem fazer nenhuma aliança. Portanto, na análise final, o papel do Exército é determinante. Como disse um jornalista africano: "O Exército estabeleceu-se, como uma terra de ninguém, entre a elite e as massas".[20]

Devido ao pequeno tamanho e à fraqueza organizacional dos estabelecimentos militares herdados da era colonial pela maioria dos países, poucos especialistas de política africana deram muita atenção ao potencial papel político, até que êste se tornou claro. Contudo, James Coleman e Belmont Bence Jr. mostraram, em um dos primeiros ensaios sôbre o assunto, que a crise do Congo, em 1960, na qual um Exército, que tinha recentemente demonstrado todos os sinais de desagregação, foi capaz de servir de mediador entre o Presidente e o Primeiro Ministro; isto demonstrou "a influência determinante que uma pequena fôrça militar pode exercer em uma situação na qual estão ausentes as instituições de grupos de poder que se neutralizam."[21] O tamanho desta "pequena" fôrça pode tornar-se evidente à luz de intervenções bem sucedidas do Exército Togolês de 250 homens, em 1963, e do Exército da República da África Central de 600 homens, em 1966; cada um dêstes era, na época do golpe, a menor instituição militar no continente. Talvez a única causa para o leve atraso da proeminência do Exército foi o fato de que, em alguns países, os mais altos níveis do Exército não eram africanizados, até vários anos após a independência, enquanto que em outros, a presença de guarnições européias proporcionava alguma proteção contra os militares do govêrno africano.[22] Entretanto, mesmo sob estas condições, o papel determinante dos militares no conflito político deveria nos ter sido visível muito mais cedo: a divisão, por exemplo, da Federação Mali, em 1960, envolveu, inicialmente, uma disputa entre o Sene-

20 VIEYRA, Justin, em *Jeune Afrique*, 12 de dezembro de 1965.

21 COLEMAN e BRYCE, p. 399.

22 A crise do Congo nos lembra, porém, que as tropas africanas podem lançar motins contra os seus oficiais europeus.

gal e o Sudão sôbre a indicação do chefe do Estado Maior, enquanto que o eventual desmascaramento envolveu um choque entre a polícia militar pré-singaleza (com a ajuda dos oficiais da Comunidade Francesa) e as tropas sob o comando do Chefe Sudanês do Estado Maior; a ação dos policiais militares desempatou em favor do Senegal.[23] No Senegal, dois anos e meio mais tarde, o contrôle do Presidente Senghor sôbre um único batalhão de fôrça aérea assegurou a sua vitória sôbre o Primeiro Ministro Mamadou Dia, que tinha, inicialmente, combatido com uma guarnição da polícia militar (com alguma ajuda do Exército) os partidários do Presidente.[24]

As relações entre os governos civis e os militares têm deteriorado constantemente, tendo em vista os processos discutidos na seção anterior. Acrescenta-se a isso o fato de que a própria confiança do govêrno nos militares como um instrumento de fôrça trouxe a transformação das perspectivas dos militares, pois os oficiais se tornaram intimamente familiarizados com o lado menos agradável da vida política e eram capazes, então, de fazer uma estimativa precisa da autoridade do govêrno. Inicialmente, os militares tendiam a intervir em governos òbviamente fracos, tais como o Congo-Kinshasa, Togo, o Congo-Brazzaville ou Daomé; porém, mais tarde, mesmo os governos mais fortes pareciam ser muito menos formidáveis. Por isso, tem havido um aumento constante do tipo de intervenções militares. A princípio, êles tomaram a forma de motins de greve (para assegurar melhor salário, a remoção de oficiais impopulares, melhores pensões para os veteranos ou uma expansão do Exército) e de ações mediadoras (face ao prolongado impasse entre políticos ou face às desordens resultantes de greves e demonstrações). Estas primeiras intervenções conduziam, geralmente, ao

23 FOLTZ, William J. *From French West Africa to the Mali Federation*, New Haven, Yale Univesity Press, 1965, pp. 176-83.

24 BOIS, Victor du. The Trial of Mamadou Dia, American Universities Field Staff Report Service, *West Africa Series*, VI, n.º 6, junho de 1963, pp. 4-8.

estabelecimento de um govêrno civil que entrava em acôrdo com os militares, satisfazendo-os em troca de sua volta às casernas.[25] Entretanto, nos últimos tempos, os militares tendem a sérias tomadas de poder. Muitas destas ocorreram depois que prévias ações mediadoras falharam, não acarretando a mudança desejada; à luz destas experiências, os líderes militares tornaram-se menos hesitantes em estabelecer regime militar, desde o comêço.

A institucionalização do golpe, como um importante meio de mudança de govêrno na África, origina-se não só de características internas de cada país, como também do fenômeno de contágio. Quando os estados africanos tornaram-se independentes, estavam ainda isolados um do outro, exceto quando formavam grupos coloniais, tais como a África Oriental Inglêsa ou a África Ocidental Francesa; eram quase inexistentes as comunicações físicas, sociais e políticas. Assim, durante um período inicial, os distúrbios em um país (Sudão, 1958, Congo-Kinshasa, 1960, Etiópia, 1960) não parecem ter tido conseqüências significantes sôbre os outros, exceto quando ocorriam dentro de um dos grupos coloniais (como na antiga África Francesa de meados de 1962 até princípios de 1964, e na antiga África Oriental Inglêsa, em janeiro de 1964). No entanto, em anos mais recentes, os países do continente tornaram-se, muito mais, um sub-sistema internacional que interage, como foi observado, não só pela formação da Organização da África Unida e outros agrupamentos formais que intercruzam as antigas fronteiras coloniais, bem como por laços políticos informais e intervenção de um país na política do outro. Dentro dêste nôvo contexto, há maior probabilidade de ocorrência de golpes. Embora seja muito difícil mostrar conexões diretas entre os acontecimentos na Algéria (junho de 1965), no Congo-Kinshasa (outubro) e em

25 Ver como exemplo a análise do Daomé e do Congo-Brazzaville em TERRAY, Emmanuel. Les révolutions congolaise et dahoméenne de 1963; essai d'interpretation, *Revue Française de Science Politique*, XIV, n.º 5, outubro de 1964, p. 917-42. Um relato mais detalhado do processo de escalada é apresentado no artigo citado na nota 18.

outros países onde ocorreram intervenções militares durante os quatro meses que se seguiram, os dois primeiros realmente estabeleceram o precedente de uma crescente escalada de motins para tomadas de poder. Os laços são muito específicos para a África Ocidental, considerada como uma região. Os líderes militares da República da África Central, do Alto Volta e do Daomé conheciam-se desde que serviram juntos na Indochina; e, embora não haja evidência alguma de ação planejada, é provável que, para cada um dêles, a promoção de um grupo como um todo crie novas aspirações políticas. Além disso, o General Soglo do Daomé explicou que a sua tomada de poder nesse país foi motivada pelo temor de que as eleições marcadas para o comêço de 1966 fôssem cristalizar a divisão Norte-Sul, resultando em desordem semelhante à que ocorrera durante as eleições entre os Yoruba da vizinha Nigéria Ocidental, sôbre a qual os habitantes do Daomé, muitos dos quais eram Yoruba também, estavam bem informados.[26] Por outro lado, o sucesso de Soglo ratificou, provàvelmente, a resolução dos oficiais nigerianos seus vizinhos; o seu sucesso, por sua vez, pode ter inspirado seus irmãos de Gana, com os quais êles compartilham não só as tradições profissionais inglêsas, como também a exposição às conseqüências desastrosas da desordem política, adquirida enquanto serviam no Congo com o ONUC.

Dentro de um país, os golpes também geram outros golpes. O sucesso de um conjunto de reivindicadores encoraja outros para também tentarem. Até mesmo o estabelecimento de regimes militares não diminui a probabilidade de futuros golpes civis ou militares, pois as próprias características dos exércitos africanos asseguram que a unidade de suas lideranças, o contrôle que têm sôbre sua própria organização e sua autoridade sôbre a sociedade como um todo não tenham probabilidade de ser muito maiores do que eram no govêrno por êles substituído.

---

26 Relatado por DECRAENE, Philippe, em *Le Monde, Sélection Hebdomadaire*, 30 de junho-6 de julho de 1966.

5. Tanto os que assumem o poder quanto os que o deixam têm tentado usar a fôrça, a fim de conseguir mudanças mais fundamentais, incluindo a modificação das comunidades políticas, a alteração de importantes aspectos do sistema de estratificação e a transformação de regimes ("método uniformizado para organizar os relacionamentos políticos", no sentido dado por Easton). Estas tentativas podem ser iniciadas pelos fundadores originais, pelos novos governos resultantes de golpes bem sucedidos ou por elites substitutas que procuram construir um sistema competitivo de autoridade, enquanto o govêrno a que se opõem permanece no poder. Como estas tentativas envolvem, geralmente, a mobilização de amplo apoio, elas tendem a conduzir a um aumento do alcance do conflito e podem acarretar formas mais estratégicas de violência. Entretanto, exceto em algumas situações específicas abordadas abaixo, a fôrça falha na sua tentativa de produzir maior mudança política na África. Especialmente, as revoluções políticas não têm probabilidade de serem bem sucedidas, porque acarretam pré-requisitos que estão ausentes das sociedades sincréticas da África contemporânea.

5.1 Na África, a fôrça é freqüentemente invocada para produzir a redefinição da extensão territorial da comunidade política ou de relacionamento interno entre alguns dos seus maiores componentes. Muitos países possuem regiões que querem se separar, ou para constituir um estado autônomo, ou para se unir a um vizinho. Tais situações surgem, geralmente, quando está presente uma ou mais das seguintes características: um grupo étnico que se espalha em dois países, com um dos componentes acreditando estar no país errado; sociedades territorialmente contíguas com "status" de cultura assimétricos, especialmente nos países que se espalham nas fronteiras entre os muçulmanos Arabizados e a África "Negra"; áreas ricas (com renda baseada em depósitos minerais ou em uma importante safra de exportação), que ressentem ter seus lucros reempregados em uma base nacional e que estão

geogràficamente em uma posição excêntrica do ponto de vista da unidade mais ampla.

O caso mais proeminente é, lògicamente, o caso de Katanga, onde a separação ocorreu realmente e foi acompanhada por um choque entre as organizações militares na forma de uma guerra de pequenas proporções, porque ambos os lados tinham disponibilidade de instrumentos de fôrça não-congoleses. Contrastando, a ruptura da Federação Máli não envolveu violência estratégica, mas sòmente uma demonstração da fôrça limitada de ambos os lados. Muitos outros países viveram, em pequena escala, versões do mesmo fenômeno; são comuns as tensões na fronteira, envolvendo incursões armadas ou tentativas de subversão. Entretanto, há pouca probalidade de que êsses conflitos conduzam a guerras internacionais, por causa da natureza dos exércitos africanos e do terreno (especialmente a ausência de comunicações terrestres adequadas ao deslocamento militar entre os países com experiências coloniais diferentes); as tentativas de alterar a definição territorial das comunidades políticas serão bem sucedidas sem muita violência ou resultarão em irritações periódicas, porém menores.[27]

O conflito das relações entre uma ou mais partes distintas e relativamente integradas da comunidade política, e o resto, se origina, mais freqüentemente, das conseqüências do govêrno indireto, como na Nigéria e em Uganda. O estabelecimento constitucional conseguido sob liderança e supervisão britânicas como uma condição de garantia de independência, e que proporcionou uma forma aberta de federação, aproximando-se da confederação de tôdas as regiões nigerianas, e entre Buganda e o resto da Uganda, representou, simplesmente, um armistício em um conflito prolongado, porque não podia ser apoiado em normas e estruturas políticas congruentes. Embora haja em am-

27 Os conflitos intranacionais e internacionais envolvendo a Etiópia e o Sudão são exceções maiores; êles não são considerados aqui porque êstes dois países são periféricos ao universo da África tropical pós-colonial, com o qual eu me preocupo particularmente.

bos os países muitos outros assuntos não estabelecidos, o conflito causado pelo papel desempenhado pelo Norte da Nigéria e Buganda em Uganda tem dominado a vida política desde a independência, com o poder ràpidamente cedendo lugar à fôrça, como um meio de estabelecimento. Na Nigéria, o Norte tentou preservar a sua identidade, controlando os rumos políticos ao nível federal, como o partido maior indispensável nas coalisões sucessivas. A fôrça foi usada por todos os lados para garantir resultados favoráveis em eleições críticas. A nova situação conduziu ao primeiro golpe militar, em janeiro de 1966. Quando o nôvo govêrno militar anunciou a sua intenção de transformar o país em um estado unitário — uma decisão que foi interpretada, no contexto nigeriano, como uma mudança fundamental no caráter da comunidade política — o Norte fêz uso da fôrça (ataques aos moradores sulistas das cidades nortistas), a fim de obter concessões. Em agôsto de 1966, um nôvo golpe militar pôs fim ao govêrno unitário, antes mesmo que êste tivesse começado a funcionar. As conseqüências envolveram uma expansão da região de conflito inter-regional, incluindo a divisão do Exército em facções regionais e a separação da região oriental em maio de 1967.

Em Uganda, Buganda resistiu longamente a tôdas as tentativas do govêrno nacional para obter o contrôle da polícia no seu território, organizou uma corporação paramilitar de veteranos, a fim de ocupar territórios em luta (na disputa dos "Distritos Perdidos"), e usou fôrça para intimidar Baganda, cuja lealdade política não estava assegurada. Quaisquer que sejam as razões que conduziram ao estranho golpe iniciado pelo govêrno em fevereiro de 1966, no decorrer do qual o Primeiro Ministro Obote assumiu plenos podêres executivos, a sua decisão de eliminar os cargos de Presidente e Vice-Presidente (ocupado por governantes tradicionais de Buganda e Busoga, respectivamente), a eliminação de elementos pró-Baganda do exército nacional e a eventual proclamação de uma constituição inteiramente nova sem a consulta das unidades fede-

rais constituíram claramente o prelúdio de uma tentativa para alterar, pela fôrça, as características mais importantes da comunidade política. Na fase seguinte do conflito, a fôrça cedeu lugar ao uso estratégico da violência e, embora o govêrno de Obote reprimisse com sucesso o lenvante de Buganda em maio de 1966, é pouco provável que isto constitua o fim do assunto.[28]

Embora tais casos explícitos sejam relativamente raros, há numerosos exemplos que envolvem conseqüências semelhantes de govêrno quase-indireto, tal como com os Mossi no Alto Volta ou os Agni na Costa do Marfim. Situações relacionadas ocorrem em países que possuem sociedades pastorais e/ou nômades, que os podêres coloniais se contentavam em possuir e não tanto em governar, e para os quais o fim da presença européia representa uma oportunidade para voltar a um modo de vida tradicional que inclui luta interna e invasões em territórios vizinhos. Êstes padrões de comportamento não sòmente envolvem violência em si, mas também conduzem, freqüentemente, a choque violentos com os militares e a política.[29] O conflito pode ser exarcebado por fatôres específicos, como em Mali, onde os nômades eram "brancos", enquanto que o nôvo govêrno afircano é "negro", ou pela ideologia nacionalista dos governantes dos novos estados, para quem os pontos de vantagem contendo apenas sucesso não é uma solução satisfatória.

5.2. Alguns países africanos se desviam do padrão geral abordado na sessão (1) em que as fronteiras territoriais estabelecidas pelos colonizadores europeus coincidiam com o domínio de uma única unidade, cujo sistema de estratificação inclui uma bem delineada organização hierárquica de camadas étnicas definidas uma em relação às outras, como uma minoria social, econômica e polìtica-

---

[28] Estas considerações são baseadas na excelente análise de YOUNG, M. Crawford The Obote Revolution, *Africa Report*, junho de 1966, p. 8-14.

[29] Manifestações dêste processo em Uganda são discutidas por LEYS, Colin. Violence in Africa, *Transition*, V, n.º 21, Fourth Quarter, 1965, p. 17-20.

mente dominante e uma maioria subordinada, aproximando-se da "multi-sociedade" discutida por M. G. Smith.[30] Em tais sociedades, a introdução do princípio de legitimidade, baseada na soberania popular, e das oportunidades para implantar êste princípio por meio de eleições baseadas no sufrágio universal, pode ter conseqüências genuìnamente revolucionárias, como foi o caso em Ruanda e em Zanzibar.

Em Ruanda, os Tutsi pastorais, que constituíam aproximadamente 15% da população, governaram por quatro séculos sôbre os Hutu agrícolas, unidos a êles por um "contrato" tradicional de padrão-cliente, através de uma administração altamente centralizada encabeçada por seus Mwami, apoiados por uma casta treinada de guerreiros e baseados em um monopólio do gado e da terra em sua totalidade.[31] Embora os alemães e os belgas governassem indiretamente, reservando as oportunidades educacionais e os postos administrativos quase que exclusivamente para a elite Tutsi, começaram a ocorrer mudanças depois da 2.ª Guerra Mundial, quando os Hutu se lançaram ao cultivo de um produto mais rendoso (Coffea Arabica) e foram encorajados a freqüentar escolas das missões católicas. Embora a participação política tivesse aumentado lentamente com as eleições indiretas de 1953 e 1956, os seus efeitos foram inicialmente negociados por temor da retaliação Tutsi; não obstante, organizações políticas chefiadas pelos Hutu começaram a aparecer no fim do período. Em 1959, em seguida à morte de Mwami em poder, os líderes Hutu organizaram um levante popular contra a tomada do poder por uma facção extremista Tutsi, que advogara

30 Ver nota 5, acima.

31 Para conhecimentos básicos sôbre Ruanda, ver especialmente MAQUET, Jacques, e HERTEFELT, Marcel d'. *Elections en Société Fédérale, Académie* Royale des Sciences Coloniales, Classe des Sciences Morales et Politiques, XXI, Fasc. 2, 1959; e MAQUET, Jacques. *The Premise of Inequality in Ruanda*, London, Oxford University Press, 1961. Para acontecimentos mais recentes, eu me baseei em SEGAL, Aaron. Rwanda: The Underlying Causes, *Africa Report*, IX n.º 4, abril de 1964, pp. 3-8; e em um artigo não-publicado de Donald Attwood, estudante graduado em antropologia da Universidade de Chicago.

a independência imediata, a fim de antecipar maiores reformas políticas e sociais. Muitos Tutsi fugiram do país nessa época e durante as sérias violências Hutu ganhou uma vitória decisiva. O nôvo govêrno foi além das reformas anteriores e destruiu as bases do sistema de estratificação, abolindo o antigo contrato de relação e redistribuindo o gado. Um grande número de Tutsi que ainda se encontrava no país foi morto, quando os exilados Tutsi tentaram entrar à fôrça em Ruanda em 1939; desde então têm ocorrido repetidos ciclos de violência.

Zanzibar, como unidade política, compõe-se da ilha do mesmo nome e de Pemba. Na ilha de Zanzibar, o sistema de estratificação envolvia divisões consistentes entre a minoria árabe, que possuía a maioria das terras e das árvores que dão lucro, e maioria Shirazi, africanos da ilha que viviam ilegalmente nas terras; havia também alguns africanos do continente, ligados ao Quênia e a Tanganica. As divisões eram menos consistentes em Pemba, onde os Shirazi eram econômicamente menos diferenciados dos árabes. Os inglêses governavam indiretamente a ilha através dos tradicionais chefes árabes, mas extenderam a participação, como é de hábito, até ao fim do período colonial. O crescimento das organizações políticas acarretou uma mobilização das várias comunidades acompanhada pelo esperado agravamento das divisões e dos distúrbios que se seguiram. Nas eleições preparatórias para a independência, em junho de 1963, o partido Afro-Shirazi (com apoio dos Shirazi de Zanzibar e dos africanos continentais em ambas as ilhas) ganhou 63% dos votos sòmente em Zanzibar e uma maioria de 54% nas duas ilhas juntas; entretanto, por causa do sistema eleitoral de representação única por zona, não conseguiu obter a maioria das cadeiras e o govêrno foi organizado pelo ZNP (com apoio dos Shirazi de Pemba e dos árabes nas duas ilhas) juntamente com o ZPPP, de menor expressão. Um mês depois da independência, a 21 de janeiro de 1964, insurretos invadiram o arsenal da polícia e armaram-se; a polícia ofe-

receu uma resistência mínima e os insurretos asumiram ràpidamente o contrôle da ilha de Zanzibar. Durante êste golpe, e depois que o nôvo govêrno dominado pelos Shirazi foi instalado, numerosos árabes foram mortos, fugiram ou foram aprisionados. Uma mudança permanente no sistema de estratificação foi, dessa forma, produzida.[32]

Em Zanzibar e em Ruanda, era possível a ocorrência de revolução genuínas, com ou sem golpe, porque a característica central definia o sistema de estratificação e o caráter da sociedade em geral podia ser modificada pela fôrça. Mas esta situação é rara nos novos países africanos, encontrada em nível nacional sòmente em Burundi e, algumas vêzes, em grupo étnico dentro de um país (como na Nigéria e em outros lugares que contém sociedades Fulani com pessoas dependentes, tais como servos ou cativos).

Portanto, o potencial para modificações drásticas dos sistemas de estratificação, incluindo violência, está presente, mas não é provável que tenha os efeitos especuladores que teve em Zanzibar ou em Ruanda.[33]

5.3. Além dos casos discutidos acima, têm havido poucas tentativas na África tropical, no sentido de provocar, por meios drásticos, mudanças rápidas e profundas na ordem política estabelecida e na estrutura social básica. Os poucos regimes de mentalidade radical, estabelecidos por ocasião da independência, preferiram a sobrevivência do que a pureza revolucionária e curvaram-se ante a necessidade, restringindo suas metas. A maioria dos golpes resultou em govêrno militar, e as principais preocupações dos generais-presidentes são as normas de lei, a honestidade, a eficiência e a responsabilidade financeira. Os seus modelos institucionais assemelham-se àqueles dos dedicados oficiais europeus durante a última fase do colonialismo. Todavia, muitos membros das gerações políticas mais

32 Estas considerações baseiam-se em KYLE, Keith. Coup in Zanzibar, *Africa Report*, IX, N.º 2, fevereiro de 1964, p. 18-20.

33 A emancipação política dos "cativos" de Fulani provàvelmente contribuiu para o aparecimento dos movimentos nacionalistas de Mali e da Guiné, em 1956-58.

recentes e os radicais mais antigos, que foram marginalizados pela máquina política durante a primeira fase, começaram a encarar a estrutura original e as mudanças mais recentes como iniciativas fracassadas. Tal como os pensadores que lançaram uma onda de messianismo político na Europa, em meados do século XIX, êles acreditam que a verdadeira revolução ainda está por vir. A sua possível forma foi analisada por Frantz Fanon, que acreditava que seria baseada na mobilização total do sub-proletariado jovem das cidades em crescimento e nas massas rurais abandonadas.[34] Até agora, duas situações parecem aproximar-se daquilo que as revoluções africanas poderiam acarretar; o resultado do golpe de 1963, no Congo-Brazzaville, e as rebeliões no Congo-Kinshasa (ex-Leopoldville), que começaram em 1964.

Com 65% da população em idade escolar estudante, na ocasião da independência, e com um quinto da sua população em três cidades, mas sem muito desenvolvimento econômico, o Congo-Brazzaville experimentou muito cedo, e de uma forma aguda incomum, as conseqüências das cidades em crescimento povoadas por jovens semipermanentemente desempregados. As oportunidades de emprêgo declinaram, provàvelmente, de modo absoluto, quando Brazzaville deixou de ser a capital administrativa da Africa Equatorial Francesa. A vida política há muito refletia um agudo antagonismo entre os Mbochi do norte e muitos grupos Bakongo relacionados entre si, incluindo os Lari (Balali), que têm sido um foco de atividades para numerosos movimentos de protesto político-religiosos, tal qual o Matswanismo durante a era colonial, e têm dado apoio básico para a ascensão ao poder de um padre católico, chamado Fulbert Youlou.[35] Tendo aparecido como

34 Ver *The Wretched of the Earth*, New York, Grove Press, 1965. Para uma discussão mais geral de pensamento de Fanon no contexto de sua vida, ver Fratz Fanon: A Gospel for the Damned, *Encounter*, novembro de 1966.

35 Para conhecimentos básicos de Brazzaville, ver os trabalhos de BALANDIER, Georges e também de WAGRET, Jean-Michel. *Histoire et Sociologie Politique de la République du Congo (Brazzaville)*, Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1963. Para uma análise de golpe 1963, ver TERRAY (Nota 26, acima).

homem forte por volta de 1960, depois de um período de govêrno de coalisão, Youlou acelerou a construção de um estado uni-partidário, em meados de 1963, face a uma crescente inquietação originada pelo desemprêgo, corrupção aberta, eliminação cruel dos líderes de oposição e sua adesão insolente a causas comumente definidas como "neo-colonialistas". Em agôsto, durante um confronto entre o govêrno e os sindicatos, o Exército, que estivera alguns meses antes envolvido em um quase-motim, sufocado pela polícia militar com ajuda de tropas francesas, deixou de apoiar o govêrno, assumindo uma posição de neutralidade, e pediu, conseqüentemente, a renúncia de Youlou. Desta vez, as tropas francesas não intervieram e o govêrno caiu. Um govêrno provisório moderado foi imediatamente instalado, sem participação direta do Exército ou dos sindicatos.

Excetuando a criação de um executivo conjunto (Presidente e Primeiro Ministro), os demais passos tomados, desde 1963, em relação à reforma constitucional e à reorientação da política nos campos econômico e internacional, levaram o país, simplesmente, a um alinhamento com os "radicais" africanos, como ocorreu na Guiné e em Mali; do ponto de vista étnico, os Balali (lari) foram substituídos por outras tribos Bakongo, deixando de ser o grupo político liderante. A característica mais significativa da mudança política é a aparente responsabilidade das novas autoridades em relação à "rua" representada pela *jeunesse*. A diminuição da idade eleitoral de 21 anos para 18 anos, imediatamente depois do golpe, sugere que era entre os jovens adultos, que provàvelmente constituem a massa da população urbana, que os novos líderes esperavam encontrar o maior apoio ou, alternativamente, dos quais êles já dependiam. Embora a juventude tivesse formado uma ala auxiliar do *Mouvement National pour la Révolution*, as aparências indicam que o ramo jovem é que constitui a parte mais poderosa da organização. A maior manifestação de seu papel político são as atividades da "milícia

revolucionária" cuja arma mais importante parece ser o terror, incluindo a proteção política por extorsão apoiada pela ameaça de violências e assassinatos ocasionais. A *jeunesse* como um todo foi caracterizada, em 1965, como uma "curiosa mistura de idealismo revolucionário e delinqüência juvenil", que o govêrno mal podia controlar.[36] Embora seja impossível analisar a sociologia dêste movimento, dada a ausência de informação adicional, parece que grande parte da era da juventude e do nôvo regime em geral tem sido dirigida aos líderes sindicais católicos (incluindo aquêles que participaram do golpe inicial), aos líderes de juventude, às escolas e à Igreja em geral. Isso sugeriria que um sentimento de rejeição semelhante ao que ativou os movimentos messiânicos anteriores está latente na vida política contemporânea. O futuro do regime permanece incerto. O descontentamento entre os Balali adeptos de Youlou, a incapacidade do regime para resolver os problemas fundamentais do desenvolvimento e do desemprêgo e o partidarismo entre líderes sindicais refletiram-se nos distúrbios esporádicos anti-governamentais, nas tramas e nas mudanças de liderança da cúpula. Em junho de 1966, o Exército reagiu à crescente importância das organizações quase-militares, realizando um golpe; embora êsse tenha falhado, o próximo pode muito bem ter sucesso.

Movimentos levemente ligados, geralmente referidos como a rebelião congolesa, que se originaram em Kwilu (perto de Leopoldville) e em Maniema (Congo Oriental), em 1964, podem ser todos atribuídos a fatôres gerais que não existem ùnicamente no Congo, que, no entanto, foram exarcebados pela situação especial existente no Congo.[37]

---

36 *Jeune Afrique*, 8 de agôsto de 1965. Há alguma evidência de que outros grupos similares de jovens ajudaram a pôr Youlou em destaque, em 1956 (WAGRET, p. 65).

37 Uma análise sucinta e bem equilibrada da Rebelião Congolesa pode ser encontrada em MARKOWITZ, Marvin D. e WEISS, Herbert F. Rebellion in the Congo, *Current History*, abril de 1965, pp. 213-18; e YOUNG, M. Crawford. The Congo Rebellion, *Africa Report*, X, n.º 4, abril de 1965, pp. 6-11. A presente discussão, sôbre o caso Kwilu está, baseada em FOX, Renée C.;

Devem ser distinguidos, porém, das dissidências ocorridas em outros lugares da África, não sòmente pelos seus objetivos e pela violência maciça provocada, ou por suas implicações internacionais e conseqüências a longo têrmo para as áreas envolvidas, como também pelo seu caráter claramente rural mais do que urbano. O caso de Kwilu é especialmente interessante no presente contexto por causa do significado ideológico especial que lhe atribuíram seus líderes e por causa das bases de sua organização. A rebelião Kwilu aparece, tal como foi apresentada em um estudo, como "uma tentativa revolucionária a fim de corrigir, quatro anos depois da independência oficial, alguns abusos e injustiças que causavam sentimentos de opressão em grandes porções da população da região, e um esfôrço no sentido de tentar, uma vez mais, expressar e realizar concretamente os objetivos e sonhos prometidos pela "Primeira Independência de 1960".[38]

Kwilu, uma área densamente povoada, habitada por vários grupos étnicos diferentes, cuja organização política tradicional não se estende muito além do nível de aldeia, e cujos homens trabalham, em sua maioria, como cortadores de palmeiras nas plantações européias, teve uma história de rebelião contra a *Force Publique* (1931) e de movimentos político-religiosos de protesto durante o período colonial.

Quando, em 1959, a participação política foi ampliada, A. Gizenga, P. Mulele e C. Kamitatu, representando tribos diferentes, organizaram o Partido Socialista Africano (PSA), cujo socialismo tomou a forma de uma "aldeia paradisíaca na terra" e que estava aliada, ao nível nacional,

---

CRAEMER, Will de, e RIBEAUCOURT, Jean-Marie. "The Second Independence": a Case Study of the Kwilu Rebellion in the Congo, *Comparative Studies in Society and History*, VIII, n.º 1, outubro de 1965, pp. 78-105. A mais extensa fonte de informação sôbre esta rebelião é a de VERHAEGEN, Benoit, *Rébellions au Congo*, Vol. I, "Les Etudes du C.R.I.S.P.", Leopoldville and Brussels, 1966. Êste trabalho ficou disponível muito tarde para poder ser plenamente consultado.

[38] FOX *et al.*, p. 78.

com a coalisão de Lumumba. Após a crise do Congo de 1960, o próprio PSA se fracionou; Gizenga, em conexão com o govêrno de Stanleyville de 1960-61, tornou-se o "mártir aprisionado"; Mulele deixou o país e passou algum tempo na China Comunista, enquanto que o partido mais "moderado" de Kamitatu obteve o contrôle do govêrno regional, quando, em 1962, Kwilu se tornou uma província.

Em 1962-63, a insatisfação crescente através da região, manifestada por greves dos cortadores de palmeiras e pelo ressurgimento de cultos messiânicos, foi canalizada por Mulele em um movimento organizado após a sua volta, em meados de 1963. Estabeleceu êle acampamentos na floresta nos quais *équipes,* conduzidas por um Presidente e um "Commissaire Politique", e acompanhados por um *soigneur* (curandeiro), geralmente um praticante da magia tradicional e da medicina, eram treinados em luta de guerrilhas. As *équipes* formavam os *maquis* e acima dêles estavam as *directions,* dependentes, em última instância, da *centrale.* Mulele também deu ao movimento uma ideologia rudimentar que definia o que era errado, diagnosticava causas e indicava remédios. Os réus são os "colonialistas congoleses" ou *rétardataires* que presentemente governam em todos os níveis. O resto da sociedade está dividida em *avancés* (partidários de Mulele) e *réactionnaires* (moderados, indecisos). O objetivo é conseguir uma nova sociedade "concebida como uma aldeia gigantesca, composta de milhares de pequenas aldeias, nas quais as pessoas encontram a sua própria autenticidade, tudo de que precisam materialmente; justiça, recreação e felicidade por trabalharem juntos na terra".[39] Para conseguir isto, os *avancés* devem destruir os *rétardataires* e persuadir os *réactionnaires;* estão destinados a triunfar se obedecerem aos seus líderes e aderirem às normas prescritas, incluindo certos tabus que garantem a sua invulnerabilidade, tal como a proibição de falar francês.

39 Ibid, p. 97.

A ajuda ao movimento foi tirada dos grupos étnicos de Mulele e Gizenga: os BaMbunda e os BaPende; o movimento atraiu muitos da *jeunesse,* especialmente professôres e funcionários que esperavam ser promovidos ràpidamente na burocracia do nôvo estado; ex-policiais demitidos por causa de um motim para pagamento; e uma variedade de chefes e pessoas de certa idade e linhagem envolvidas em conflitos locais. Os ataques iniciais de janeiro de 1964 foram planejados e eram sistemáticos e bem controlados; tinham como objetivo atingir estabelecimentos religiosos, industriais, governamentais e educacionais, mas evitavam os que eram considerados amigos dos rebeldes (tais como as escolas missionárias que haviam sido freqüentadas pelos líderes). Na ausência de comunicações externas, Mulele foi capaz de persuadir grande parte da população local de que a revolução já tinha sido vitoriosa em outro lugar; por isso, em grande parte da área, após o levante inicial, a vida tendeu a voltar ao normal dentro da estrutura da "nova sociedade". Sòmente mais tarde, depois que os europeus foram evacuados e que o Exército congolês indisciplinado avançou na região, é que ocorreu violência de *terre brûlée,* indiscriminadamente e em larga escala. Embora o Exército congolês tivesse sido capaz de conter a área Kwilu já em abril de 1964, em princípios de 1966 ainda haviam choques com os rebeldes, e a atual situação na área não está muito clara.

É muito provável que as crescentes tensões e a disponibilidade de líderes dissidentes contribuirão para o aparecimento de movimentos semelhantes em outros lugares; que as atividades dêstes movimentos gerarão violência em larga escala e que a participação nêles levantará, verdadeiramente, os espíritos dos que estiveram envolvidos. Mas mesmo se combinarmos Brazzaville e Kwilu, é pouco provável que movimentos como êsses sejam capazes de traduzir as suas aspirações revolucionárias na institucionalização de um nôvo regime e de novas estruturas sociais. A sociedade africana não tem um centro; o seu caráter sin-

crético garante que ela não possa ser invertida, ou que, se uma tentativa fôsse feita neste sentido, alguns grupos se deslocariam de suas posições relativas, mas a sociedade como um todo permaneceria como era anteriormente. Se os revolucionários forem bem sucedidos em obter o contrôle do govêrno, parecerão, no melhor dos casos, com os regimes de mentalidade radical criados no curso da "primeira revolução". Se êles fracassarem, porém(poderão dar origem a uma "moralidade de vendeta" ou tornar-se movimentos de retirada em larga escala, consumindo-se em uma violência insensata.[40] Numa análise final, é pouco provável que mesmo a mais gloriosa dedicação à fôrça possa alargar os limites de variações impostas aos arranjos políticos pela sociedade africana contemporânea.

6. Procurando superar a limitação dos estudos de campo, muitos estudiosos da política dos novos países descobriram o expediente de focalizar agudamente o primeiro plano da cena contemporânea, extraindo-o do contexto e ampliando-o para uma calma contemplação. O plano de fundo foi reduzido a uma mancha indistinta, chamada tradição, que produz poucas informações interessantes. Os modelos obtidos dêsse modo, a partir de várias cenas, dão uma impressão de grande riqueza de informação; quando comparados, sugerem semelhanças impressionantes que se prestam às mais amplas generalizações. Mas pode-se perguntar se as semelhanças se originam nos fenômenos observados ou nas manipulações a que foram sujeitas as imagens registradas, se a informação usada para generalizar relaciona-se com o panorama ou com as características das lentes e dos filmes e se a informação obtida desta maneira tem maior probabilidade de ajudar o aumento da nossa compreensão.

Devemos, certamente, aprender as técnicas do *cinéma-vérité,* usando câmeras portáteis, que são uma exten-

[40] Para conseqüências similares em outros lugares, ver, por exemplo, HOBSBAWN, E. J. *Primitive Rebels,* New York, W. W. Norton & Co., Inc., 1965.

são mais direta do ôlho do observador, adequadas para a obtenção de imagens móveis, focalizadas nos variados padrões subentendidos nos têrmos: desenvolvimento político, modernização ou integração. A compreensão dêsses processos será atingida não pela sua redução a um denominador comum, mas pela comparação das suas manifestações em cenários diferentes. A vida política em todos os países novos pode ser caracterizada pela fraqueza dos mecanismos institucionalizados para a integração através da regulação, coordenação e formação de um consenso de valores. Mas a situação na maior parte da África tropical é tão extrema, que os estudos que focalizam ùnicamente as instituições incipientes quase que exageram, necessàriamente, a sua importância.

Por isso, procuramos com êsse ensaio proporcionar algum equilíbrio, considerando a política no contexto mais geral das sociedades africanas e focalizando o conflito como um elemento de maior importância na vida política. Embora a incidência de certas manifestações de conflito possa ser relativamente aleatória, o conflito político não é um processo aleatório, mas obtém uma estrutura perceptível a partir das características da própria sociedade. Uma precisão muito maior do que a dêste ensaio pode ser conseguida por meio de manipulação das variáveis dependentes e independentes, de maneira a serem obtidos elementos a partir dos quais se possa construir uma tipologia comparativa. Esta tarefa é vital porque o conflito permanecerá, provàvelmente, como uma característica marcante da vida política na África tropical, uma vez que vários fatôres asseguram a persistência da maioria das novas unidades territoriais, mesmo sem a ocorrência de uma integração institucional.

A ênfase dada ao conflito neste ensaio não implica em que esteja sendo realizada uma institucionalização, nem que sejam inteiramente negativas as funções do conflito em uma comunidade política. A integração em uma sociedade livre não significa a ausência total de conflito,

mas a sua contenção dentro de limites aceitáveis.[41] Entretanto, um progresso nessa direção requer antes aceitação da própria premissa, de uma visão do conflito como um aspecto da sociedade, do que um desejo de seu desaparecimento. Dêsse ponto de vista, é possível que a maioria dos modelos usados por estudiosos e profissionais na formulação de conceitos seja inadequada, porque são baseadas em noções errôneas do que venha a ser uma nação moderna baseada na liberdade. A maior tarefa é, portanto, de renovação ideológica, que será talvez facilitada pela experiência da primeira década de independência. É uma carga que todos nós devemos suportar e é a maneira mais importante pela qual os cientistas sociais, interessados na política africana, podem contribuir para o futuro do continente.

41 Esta visão é inspirada em DAHRENDORF, Ralf. *Class and Conflict in Industrial Society*, Stanford, Stanford University Press, 1959, especialmente na p. 318. Ver também meu argumento geral em *Creating Political Order: The Party-States of West Africa*, Chicago, Rand McNally, 1966.